

# BANCO DO BRASIL

## COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001            AGÊNCIA: 1769-8            CONTA: 000000611000-2

---

DATA DA TRANSFERENCIA: 03/04/2012

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 1.687,50

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: FRANCISCO DE ASSIS MOURA DE LIMA

BANCO: 001

AGÊNCIA: 03853-9

CONTA: 000000017135-2

---

Nr. da Autenticação 5870C05C4A302A4D

## PARECER DE ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL



## DADOS DO SINISTRO

**Número:** 2012123193**Cidade:** Natal**Natureza:** Invalidez**Vítima:** FRANCISCO DE ASSIS  
MOURA DE LIMA**Data do acidente:** 17/07/2011**Emissor do parecer:** Maria Tereza  
Ramos de  
Araújo Amorim**Seguradora:** FEDERAL DE SEGUROS  
S/A**Prestadora:** AMORIM E MATTOS  
SERVIÇOS MÉDICOS  
ESPECIALIZADOS LT**CRM do médico:** 31475-9

## PARECER

**Data da análise:** 27/03/2012

**Valoração do IML:**

**Perícia médica:** Não

**Diagnóstico:** FRATURA DE ESCAPULA ESQUERDA ( TTO CONSERVADOR )

**Resultados terapêuticos:**

**Sequelas permanentes:** LIMITACAO FUNC DO OMBRO ESQUERDO

**Sequelas:** Com sequela

**Conduta mantida:** Não

**Quantificação das sequelas:** INVALIDEZ PARCIAL /50% DE 25% = 12,5%

**Documentos complementares:**

**Observações:**

**Valor pleiteado:** 3.375,00

**Médico avaliador:** MARIA TEREZA


**UF do CRM do médico:** RJ

## DANOS

Dano	%	Dimensão	Graduação
Perda completa da mobilidade de um dos ombros	25	1	50

**Valor avaliado:** 1.687,50

<b>CARTEIRA DE IDENTIDADE</b>		
	<b>RIO GRANDE DO NORTE</b> SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL	
	FE PÚBLICA: (Art. 19, Inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil)	
	<b>POLÍCIA MILITAR</b>	
	<b>8.229 - 01.09.1986</b> REGISTRO Nº - DATA DA INCORPORAÇÃO	
NOME <b>FRANCISCO DE ASSIS MOURA DE LIMA</b>		
POSTO/GRAD <b>CABO 86.202</b>	CPF <b>490.660.724-15</b>	MATRÍCULA <b>077.513-4</b>
ASSINATURA DO IDENTIFICADO 		
DIREITOS E GARANTIAS DEFINIDOS PO		

TS "A"	FRH POS	João Felix de Lima	
ALTURA 1,77 m	FILIAÇÃO Maria Moura de Lima		
PIS / PASEP 17031054492	DATA NASC 12 02 1967	FD E-2333 I-3222	
CUTIS	CABELOS	OLHOS	
Parda	Cast Méd Lis	Cast Méd	
NATURAL DE Macaíba/RN	LOCAL E DATA DE EMISSÃO Natal/RN, 05 de julho de 2011		
O TITULAR TEM ACESSO EM LOCAIS PÚBLICOS E PRIVADOS, SUJEITOS À FISCALIZAÇÃO POLICIAL, CONFORME PREVISTO NO ART. 19, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 231, DE 05/04/2002.			
Jackson Wanderley Santos Cunha - Cap. QOPM CHEFE DO SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO DA PMRN			

DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO  
1004037



ELABORADO  
19 MAR 2012

8804-3128



BOLETIM DE OCORRENCIA POLICIAL Nº : 1117/2011

BOLETIM DE OCORRENCIA  
1004026



DATA DO REGISTRO: 01/08/2011 — HORA REGISTRO: 11h42min.

LOCAL DO FATO: AV. CORONEL ESTEVÃO, NAZARÉ, NATAL-RN.

DATA/OCORRÊNCIA: 17/07/2011 HORA/OCORRÊNCIA: 07h07min

COMUNICANTE: FRANCISCO DE ASSIS MOURA DE LIMA

FILIAÇÃO: JOÃO FÉLIX DE LIMA e de MARIA MOURA DE LIMA

DATA NASCIMENTO: 12/02/1967 NATURALIDADE: MACAÍBA/RN

PROFISSÃO: CABPO PM/RNRG.8229 PM-RN ORG.EXP: PM-RN

PROFISSAO: CABPO PM/RNRG.8229 PM-RN ORG.EXT. PM-RN  
END/RESIDENCIAL: RUA DOUTOR FRANCISCO DE SA 196, PITIMBU, NATAL-RN FONE: (84)  
8804-3128

DOC. APRESENTADO: CNH

**VEIGUINHOS' ENVOLVIDOS:**

V-1.Tipo: MOTOCICLETA/Marca:HONDA/GBX/Cor:AZUL/Placa:MYE-5725UF: RN

Conductor: FRANCISCO DE ASSIS MOURA DE LIMA Idade: 44 anos

Endereço: RUA DOUTOR FRANCISCO DE SA 196 - PITIMBU - NATAL - RN

Prontuário: 636103409 Categoria: AB UF: RN

**Proprietário:** JOSÉ JEAN PEREIRA

Endereço: RUA SÃO JOSÉ, 10, CIDADE NOVA, NATAL/RN

V-2. Tipo: Marca: Cor: Placa: UF:

**Conductor:**

**Endereço:**

**Prontuário:**

**Proprietário:**

Endereco:

1ª. Vitima: FRANCISCO DE ASSIS MOURA DE LIMA, RG: 8229/PM-RN CPF: 490.660.724-15

Idade: 44 anos Naturalidade: MACAIBA/RN Estado civil: SOLTEIRO Profissão: CABO-PM/RN.

Filiação: JOÃO FÉLIX DE LIMA e de MARIA MOURA DE LIMA Endereço: RUA SÃO JOSÉ, 10, CIDADE NOVA - NATAL/RN.

**HISTÓRICO:** Informa A VÍTIMA que trafegava conduzindo o V-1 no local acima citado, sentido Cidade da Esperança/Alecrim quando um veículo não identificado fez uma manobra proibida fato que ocasionou o abalroamento entre v-1 e v-2. Informa que ficou caído ao solo até a chegada da SAMU, sendo atendido no local do fato e liberado em seguida, porém, horas depois sentindo muita dor foi até o Hospital Central Cel. Pedro Germano e lá foi constatado pelo Doutor Carlos Alberto Passos CRM 3415 que a vítima ficou com algumas lesões, conforme laudo nº13.987 expedido pelo setor de radiologia do referido hospital.

**PROVIÊNCIAS ADOTADAS:** Expedida Guia de Exame de Corpo de Delito nº 939 /2011-DEAV.

Assinatura do(a) Comunicante

Assinatura/Carimbo-Servidor(a)

Alexandro Tomaz da Silva  
AGENTE DE POLICIA CIVIL  
MAT. 170.185-1



Reginald L. F. de Araújo  
 Elizabeth Katherine de Maira  
 et al. Substituted  
 Antitubercular Synthesis of Macrocyclic  
 Compounds

~~AUTENTICAÇÃO~~

Autêntico que o presente cópi  
fotostática é a reprodução fiel do  
original que me foi apresentado ao  
qual autêntico e conf. fto

Tabell 10

VALIDA SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICIDADE.

## RELATÓRIO DA OCORRÊNCIA NÚMERO 074035

NATUREZA DA OCORRÊNCIA: TRAUMA-COLISÃO-CARRO X MOTO

SOLICITADO POR DANIELE (OUTROS) FONE(S) 81200155

QUEIXA PRINCIPAL: COLISÃO CARRO X MOTO

INICIADA EM: 17/07/2011 00:07:11

CONCLUÍDA EM: 17/07/2011 01:18:19

ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA: AV 9, VP

BAIRRO: NAZARE

CIDADE: NATAL

REFERÊNCIA: PX AO SUPER SHOW

PX AO ARMAZEM SAO JOAQUIM

NOME DA VÍTIMA: NOME INDEFINIDO 1

IDADE: 0

SEXO: MASCULINO

1ª REGULAÇÃO: ALVARO SANTOS (CRM 5338/RN)

2ª REGULAÇÃO: ALVARO SANTOS (CRM 5338/RN)

CENÁRIO DA OCORRÊNCIA:

02 VÍTIMAS: CARRO MOTO; FRANCISCO DE ASSIS MOURA DE LIMA, 44A, CONDUTOR DA MOTO; ESCORIAÇÕES JOELHO, FACE E QUEIXO, PA120X80; LIGIAS SILVA PA 110X80; FC 75; FR 22 ECG 15; ESCORIAÇÕES EM MMII E MMSS; OS MESMOS RECUSA REMOÇÃO; TESTEMUNHA SARG TEODOSIO

ORIENTAÇÕES

QTA NA OCORRÊNCIA

REMOVIDO PARA

VEÍCULO(S)	BRAVO_14
COMUNICAÇÃO À EQUIPE	17/07/2011 00:11:28
PARTIDA DA EQUIPE	17/07/2011 00:11:30
CHEGADA NA OCORRÊNCIA	17/07/2011 00:34:53
INÍCIO DA REMOÇÃO	17/07/2011 01:17:55
CHEGADA NO DESTINO	17/07/2011 01:17:59
CONCLUSÃO DA EQUIPE	17/07/2011 01:17:59

OBSERVAÇÕES / CONSIDERAÇÕES FINAIS

INTERCORRÊNCIAS / HISTÓRICO

QUEIXA PRINCIPAL INICIAL: COLISÃO CARRO X MOTO.

ALVARO SANTOS (CRM 5338/RN)

17/07/2011 00:09:26

REGISTRO(S) / AÇÃO(S)

	USUARIO	DATA/HORA
ATENDIMENTO_INI(NOME INDEFINIDO)	SAMU01RN83	17/07/2011 00:07:11
VÍTIMA_ADI(NOME INDEFINIDO)	SAMU01RN83	17/07/2011 00:08:34
ATENDIMENTO_FIN(NOME INDEFINIDO)	SAMU01RN83	17/07/2011 00:08:39
HISTÓRICO_ADI(NOME INDEFINIDO)	SAMU01RN55	17/07/2011 00:09:26
VÍTIMA_ALT(NOME INDEFINIDO)	SAMU01RN55	17/07/2011 00:09:26
REGULAÇÃO_1(NOME INDEFINIDO)	SAMU01RN55	17/07/2011 00:10:07
COM_EQUI_1(NOME INDEFINIDO)	SAMU01RN48	17/07/2011 00:11:28
VIATUR_ADI(BRAVO_14)	SAMU01RN48	17/07/2011 00:11:28
PAR_EQUI_1(NOME INDEFINIDO)	SAMU01RN48	17/07/2011 00:11:30
CHE_EQUI_1(NOME INDEFINIDO)	SAMU01RN48	17/07/2011 00:34:53
CHEGADA_1(NOME INDEFINIDO)	SAMU01RN17	17/07/2011 01:11:00
REGULAÇÃO_2(NOME INDEFINIDO)	SAMU01RN17	17/07/2011 01:15:15
PAR_EQUI_1(NOME INDEFINIDO)	SAMU01RN48	17/07/2011 01:17:55
CHE_EQUI_1(NOME INDEFINIDO)	SAMU01RN48	17/07/2011 01:17:59
CONCLUÍDO(NOME INDEFINIDO)	SAMU01RN48	17/07/2011 01:18:19



**RIO GRANDE DO NORTE  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE SAÚDE  
HOSPITAL CENTRAL CEL. PEDRO GERMANO  
SETOR DE RADIOLOGIA**

Nome: FRANCISCO DE ASSIS MOURA DE LIMA  
Exame: **OMBRO DIR/TORAX**  
Médico: LADISLAU

Idade: 44 ANOS  
Data: 26/07/11

**Nº13.987**

**OMBRO DIREITO**

Fino traço irregular radiotransparente, no acrômio e porção distal da espinha da escápula, com solução de continuidade na cortical, Representando fratura. Espaços articulares conservados.

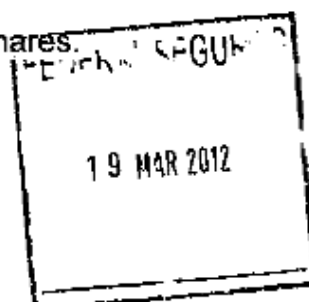
**TÓRAX**

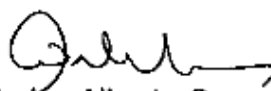
Transparência normal dos campos pleuro-pulmonares.

Cúpulas diafragmáticas livres.

Área cardíaca dentro dos limites da normalidade.

Fratura do 4º arco costal direito



  
Dr. Carlos Alberto Passos  
MAJ:PM Médico  
CRM 3415



**Missão da SMS:**

"Garantir, na perspectiva da promoção à saúde, a atenção integral à saúde da população, baseado nos princípios da acessibilidade, resolutividade, humanização e cidadania".

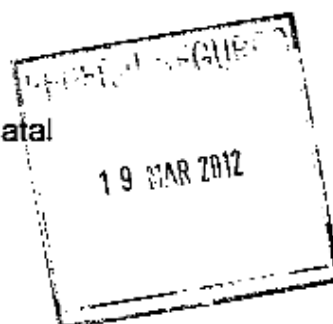


**DECLARAÇÃO**

Declaramos para os devidos fins que Francisco de Assis Moura de Lima, foi vítima de colisão de carro X moto no dia 17/07/2011, aproximadamente 00:07h, na Avenida Coronel Estevam no bairro de Nazaré, tendo sido atendido pelo SAMU Natal sob número de ocorrência 074035. Onde foram feitos os procedimentos de praxe pela equipe de plantão e permanecendo no local devido não aceitar remoção.

Natal, 01 de agosto de 2011.

*R/ Renata E. Soares*  
Rodrigo de Azevedo Lemos  
Coordenador Administrativo do SAMU Natal





**RIO GRANDE DO NORTE  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE SAÚDE  
HOSPITAL CENTRAL CEL. PEDRO GERMANO  
SETOR DE RADIOLOGIA**

Nome: FRANCISCO DE ASSIS MOURA DE LIMA  
Exame: **OMBRO ESQ/ARCOS COSTAIS**  
Médico: LADISLAU

Idade: 44 ANOS  
Data: 16/09/11

**Nº14.572**

**OMBRO ESQUERDO**

Pequena irregularidade da superfície da cabeça umeral, na região do tubérculo maior, em projeção da inserção do tendão do supra - espinhal

Espaços articulares conservados.

**ARCOS-COSTAIS**

Presença de fraturas nas porções anteriores do 3º, 4º, 5º e 6º arcos costais direitos

  
Dr. Carlos Alberto Passos  
MAJ:PM Médico  
CRM 3415





**RELATÓRIO PARA AVALIAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE****(TOTAL OU PARCIAL)**

**ATENÇÃO:** A finalidade deste relatório é agilizar a avaliação da invalidez permanente, não sendo obrigatória a sua apresentação.

Nome completo da vítima: FRANCISCO DE ASSIS MOURA DE LIMA

Data do acidente: 17/07/2011

Data do início do tratamento médico: 17/07/2011

Nome completo e CREFITO do fisioterapeuta: LUIZ FILIPE CERQUEIRA BARBOSA - CREFITO 87871-F

Lesões resultantes do acidente: TRAUMA EM MSE COM FRATURA EM ESCAPULA ESQUERDA ACOMPANHADO DE FRATURA EM ARCOS COSTAIS DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILISTICO

Dados resumidos dos tratamentos realizados (datas): TRATAMENTO CONSERVADOR COM IMOBILIZAÇÃO

Com relação à invalidez pode-se concluir que:

☐ a invalidez é temporária portanto passível de recuperação significativa ou de cura.

☒ a invalidez é permanente, ou seja, não há possibilidade de recuperação significativa ou de cura.

GRAU DE INCAPACIDADE FUNCIONAL IRREVERSÍVEL (especificar o seguimento ou órgão atingido)

**SEGMENTO ANATÔMICO OU ÓRGÃO AFETADO**

1º DOR CRÔNICA EM OMBRO ESQUERDO

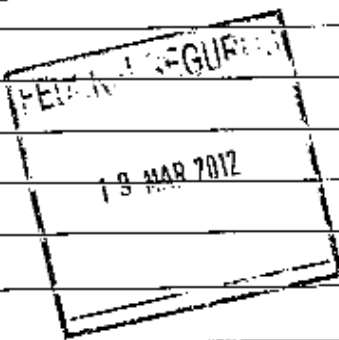
2º LIMITAÇÃO DE AMPLITUDE PARA OS MOVIMENTOS DE OMBRO ESQUERDO

3º HIPOTROFIA MUSCULAR EM MSE

4º PARESTESIA EM FACE ANTERIOR DO OMBRO ESQUERDO

5º

6º



Afirmo que assisti e/ou avaluei a vítima e que as respostas acima, são completas e verdadeiras.

Natal, 28/02/2012

*Luiz Filipe C. Barbosa*  
LUIZ FILIPE CERQUEIRA BARBOSA

CREFITO 87871-F

ANEXAR CÓPIAS DE PRONTUÁRIOS MÉDICOS RELATIVOS AO ACIDENTE

Luiz Filipe C. Barbosa  
Fisioterapeuta  
CREFITO 87871-F  
CPF 010.453.434-05



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL

**CARTA DE CITACÃO**

Ref.: 0112449-12.2013.8.20.0001-001

Ao(À)  
Federal Seguros S. A.  
Rua Princesa Isabel, 523, CIDADE ALTA  
Natal-RN  
CEP 59025-400

De ordem do Exmo. Sr. Dr. José Undário Andrade, MM Juiz de Direito da 9ª Vara Cível, na forma da lei.

Manda, pela presente, extraída dos autos do processo infra-identificado, na conformidade do despacho no final transcrito e da petição inicial, cuja cópia segue em anexo, **CITAR** essa seguradora, por seu representante legal, para, querendo, contestar a ação no prazo de quinze (15) dias.

**ADVERTÊNCIA:** Caso não seja contestada a ação, serão tidos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor (art. 285 do CPC).

Processo nº 0112449-12.2013.8.20.0001

Ação: Procedimento Ordinário

Autor: Francisco de Assis Moura de Lima

Réu: Federal Seguros S. A.

**DESPACHO/DECISÃO:** "De início, defiro o pedido de justiça gratuita com fundamento na Lei nº 1.060/50 e demais alterações. Na sequência, não vislumbrando a existência de prejuízo à parte adversa, converto o rito sumário em ordinário e determino a citação da parte demandada para, querendo, contestar a ação no prazo de quinze (15) dias, com as advertências contidas no art. 285 do CPC. Apresentada a contestação a tempo e modo, à conclusão. Na hipótese da citação não ser levada a efeito, proceda-se com a consulta do endereço da parte ré através do sistema INFOJUD, renovando-se, ato contínuo, a citação. Restando sem sucesso a diligência supra, intime-se a parte autora, por seu advogado, para promover a citação da parte ré, no prazo de 90 (noventa) dias, requerendo as diligências que entender necessárias, inclusive para pugnar pela citação editalícia, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 267, inciso IV do CPC. P.L. Natal/RN, 08 de abril de 2013. José Undário Andrade Juiz de Direito."

Natal/RN, 17 de abril de 2013.

  
Aleomar Cândido de Macêdo  
diretor de Secretaria substituto

**SEGURADORA LIDER**  
**DIGITALIZADO EM**

**17 MAI 2013**

**IMPRESSORA 1**  
**FEDERAL SEGUROS S.A.**  
Juiz de Direito  
**30 ABR. 2013**

14:59 17/05/2013 02:27:41 SEGURADORA LIDER S/A RECD030 144598

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE NATAL/RN.

**FRANCISCO DE ASSIS MOURA DE LIMA**, brasileiro, casado(a), policial militar, portador da Cédula de Identidade RG nº. 8229 PM/RN, inscrito no CPF/MF nº. 490.660.724-15, residente e domiciliado na rua Dr. Francisco de Sá, nº 196, Pitimbu – CEP: 59069-080 – em Natal/RN, neste ato representado por seu advogado abaixo firmado, com escritório profissional à Avenida Lima e Silva, 1611, Ed. Blue Tower Center, sala 301, 3º andar, nesta cidade de Natal/RN, vêm à elevada presença de Vossa Excelência, com fundamento na Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, para propor:

#### **AÇÃO DE COBRANÇA**

contra **FEDERAL SEGUROS S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 33.928.219/0001-04, com sucursal em Natal/RN, na Rua Princesa Isabel, nº 523, sala 209 – Galeria Princesa Isabel, Cidade Alta, CEP: 59.025-400 em razão dos fatos a seguir articulados.

---

*111 Visando à formação e a recuperação de um ambiente ecologicamente equilibrado, elimina o uso da impressão com verso em branco e, adotando a recomendação nº 11/2007 do Conselho Nacional de Justiça, faz uso da impressão frente e verso em suas petições.*

### DO RITO ORDINÁRIO

A ação de cobrança do Seguro Obrigatório - DPVAT visa o recebimento de indenização em razão de óbito ou invalidez permanente, ocasionados em virtude de acidente de trânsito, devendo seguir o procedimento sumário, conforme determinado pelas regras do art. 275, II, "e", adotado por Vossa Excelência.

Como se percebe pela rotina das audiências já realizadas, muito raramente sucede acordo antes da realização da perícia, a qual não ocorre antes da audiência de conciliação, sendo muito mais comum a realização de acordo fora da audiência, com apresentação de petição escrita para homologação do Juízo.

Ocorre que com a adoção do rito ordinário, além do desenvolvimento célere, não serão causados prejuízos às partes, por não interferir substancialmente no processo.

### DOS FATOS

O Requerente foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 17 de julho de 2011, tendo sido atendido no local da ocorrência pela unidade do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, consoante comprovado pela declaração do referido órgão anexa.

Como consequência do acidente, resultaram à vítima as lesões descritas nos prontuários médicos e demais documentos em anexo, e que serão cabalmente comprovadas também, mediante exame a ser designada por este r. Juízo.

De acordo com a legislação vigente, Lei nº. 11.482 de 31 de maio de 2007, o autor requereu a indenização devida pelo seguro obrigatório junto a uma empresa seguradora participante do Convênio DPVAT, e **recebeu apenas a importância de R\$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) em abril de 2012.**

Importante destacar Excelência que para realizar o pagamento pela via administrativa a seguradora exige uma série de documentos, dentre eles boletim de ocorrência e prontuário médico sem os quais indefere de pronto qualquer tentativa de recebimento administrativo. Portanto, se já houve pagamento, a Seguradora reconhece a existência do acidente e nexo causal entre este e as lesões debilitante do Autor.

Pois bem, após o pagamento o Autor buscou informações junto a conveniada para saber quais foram os critérios

utilizados para apurar o valor pago a título de indenização, porém essa informou apenas que atua como conveniada pelo Consórcio Instituído pela FENASEG, a qual estipula o valor da indenização, tudo de acordo com a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP - que nada faz para justificar sua finalidade, que é a defesa dos segurados e o dever de fiscalização das seguradoras no cumprimento da legislação.

A própria Seguradora, que diga-se, afere lucro na sua atividade, é a responsável por graduar as lesões das vítimas que a procuram para receber a indenização pela via administrativa como fez o Autor, e na maioria das vezes essa análise é realizada unicamente com base no prontuário médico do sinistrado, sem sequer uma perícia *in loco*.

Fica, pois, a vítima a mercê dos critérios estabelecidos pela seguradora que atendem muito mais seus interesses financeiros do que as necessidades dos acidentados.

O autor não pretende receber mais do que tem direito, mas também não pode se submeter à vontade unilateral da seguradora, ávida por lucro, razão pela qual faz uso da tutela jurisdicional para receber valores dentro dos parâmetros técnicos e de acordo com os procedimentos previstos na legislação em vigor.

Assim, de acordo com nossa legislação, requer a indenização devida pelo seguro obrigatório junto à empresa seguradora reclamada, cujo valor correto da indenização só será conhecido quando da realização de perícia médica pelo Instituto Médico Legal.

#### **DOS QUESITOS PERICIAIS**

Para a realização da perícia médica judicial o Autor apresenta os seguintes quesitos, nos termos do artigo 276 do CPC:

- a) O Autor possui doença/enfermidade? Qual e Desde quando? Tal doença/enfermidade tem relação com o acidente de trânsito sofrido, ou por ele foi agravada?
- b) Do acidente de trânsito sofrido, houve ofensa à integridade física do Autor?
- c) Do acidente de trânsito sofrido, resultou debilidade permanente de membro, sentido ou função? E deformidade permanente? Em qual região do corpo? Houve dano da parte estética?
- d) A debilidade/deformidade permanente ocasionada impede o Autor de levar uma vida comum? Gera-lhe limitações? Resulta-lhe em perigo de vida?

e) O acidente de trânsito ofendeu órgãos/funções vitais do Autor ou coloca-os em perigo, deixa-os desprotegidos? É possível visualizar a olho nú os movimentos respiratórios? E os batimentos cardíacos?

f) Resultou incapacidade para o trabalho? Essa incapacidade é total ou parcial? Temporária ou permanente?

g) Essa incapacidade para o trabalho vedar-lhe-á o exercício de outras profissões? É possível a readaptação profissional do Autor?

h) Existe tratamento médico/cirúrgico capaz de reverter a situação do Autor? Tal procedimento é viável e acessível às pessoas de situação financeira precária? Tal tratamento é eficaz? Em qual porcentagem?

i) A invalidez do Autor pode ser fixada em qual porcentagem?

#### **DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA**

Independente de comprovação de proventos, a parte pode valer-se apenas da simples alegação de hipossuficiência para que lhe seja deferida a concessão da assistência, pois se trata de uma garantia constitucional, fazendo desta forma que todos os cidadãos têm o acesso à justiça.

A concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita mediante mera alegação de hipossuficiência ressoa na jurisprudência majoritária, vejamos:

ASSISTENCIA JUDICIÁRIA - REQUISITOS PARA A OBTENÇÃO  
- "Para que a parte obtenha o benefício da assistência judiciária, basta a simples afirmação de sua pobreza, até prova em contrário." (AASP 1622/19) in RT 697 p.99.

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - REQUISITOS PARA A OBTENÇÃO  
- "A assistência judiciária (Lei 1060/50, na redação da Lei 7510/86) - Para que a parte obtenha o benefício da assistência judiciária, basta a simples afirmação de sua pobreza, até prova em contrário. (art.4º. e §1º.). Compete à parte contrária a oposição à concessão." (STJ-REsp.1009/SP, Min.Nilson Naves, 3a.T., 24.10.89, in DJU 13.11.89, p.17026) in RT 686/185.

Portanto, considerando as condições econômicas do Autor e sua afirmação de pobreza, requer as benesses da lei de assistência judiciária gratuita a fim de desonerá-lo dos ônus processuais, pois o mesmo não tem condições momentâneas de arcar com este custo sem prejuízo das próprias despesas.

## DOS JUROS LEGAIS

De acordo com o nosso ordenamento jurídico, a indenização devida por força de contrato de seguro deve ser corrigida a partir da contratação da importância segurada, a qual deve ser atualizada como forma de manter o valor através do tempo, conforme se extrai da lei nº 5.488, de 27 de agosto de 1968.

Os juros, na concepção da doutrina, representam as perdas e danos do contrato inadimplido, de sorte que devem ser contados da data em que a DEVEDORA deixou de cumprir a obrigação. Neste sentido:

"A obrigação de pagar juros de mora não tem necessariamente cunho indenizatório. É devido igualmente quando não se alega prejuízo. Todavia, é de se interpretar a norma que a impõe neste caso como disposição que presume o dano sempre que há inadimplemento de dívida pecuniária ou daquelas cujo valor em dinheiro está fixado. Com fundamento nessa presunção, todo juro de mora é compensatório de dano." (Orlando Gomes, "in" Obrigações, Forense, 3ª edição, 1972, págs. 177-180)

A posição da jurisprudência atual acompanha a doutrina de Orlando Gomes:

"SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - RECIBO DANDO PLENA E GERAL QUITAÇÃO - VALOR ARBITRADO EM 40 VEZES O MAIOR SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA - LEI Nº 6.194/74 - INDENIZAÇÃO PAGA A MENOR - POSSIBILIDADE DE COBRANÇA DA DIFERENÇA EM AÇÃO JUDICIAL - FIXAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS - LEI Nº 6.194/74 NÃO REVOGADA PELAS LEIS 6.205/75 E 6.423/77 - CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA DEVIDOS DESDE A DATA DO EFETIVO PREJUÍZO. (...)  
Na indenização decorrente de seguro obrigatório de veículos automotores de vias terrestres, a correção monetária e dos juros de mora do valor devido incidem a partir do efetivo prejuízo." (TA/PR - Agravo de Instrumento 17328 - Sexta Câmara Cível - Relator: Anny Mary Kuss - Julgamento: 06-04-2004).

"SEGURO OBRIGATÓRIO - AÇÃO PROPOSTA PELA MULHER DA VÍTIMA - LEGITIMIDADE DE PARTE - PRESCRIÇÃO - CORREÇÃO MONETÁRIA - Por expressa disposição legal, o cônjuge sobrevivente possui legitimidade para postular o recebimento da indenização (art. 4º da Lei 6194/74, de 19.12.74).

Prescrição inócua, uma vez que a autora é beneficiária do seguro e não segurada. A indenização correspondente a 40 salários mínimos deve levar em conta o salário-mínimo vigente à época do evento, computando-se daí por diante a correção monetária na conformidade com os índices oficiais. Recurso especial não conhecido." (STJ - REsp no 222642 - SP - 4. T. - Rel. Min. Barros Monteiro - DJU 09-04-2001 - p. 00367).

Pelo exposto, os juros moratórios devem ser contados a partir da do pagamento parcial realizado, quando ocorreu a inexecução da obrigação.

### **REQUERIMENTO FINAL**

"Ex positis", requer se digne Vossa Excelência em determinar a citação da empresa Requerida, **FEDERAL SEGUROS S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, com sucursal em Natal/RN, na Rua Princesa Isabel, nº 523, sala 209 - Galeria Princesa Isabel, Cidade Alta, CEP: 59.025-400, para, querendo, ofereça defesa escrita ou oral, tudo sob pena de revelia e ao final, com fundamento na prova documental que acompanha a inicial e demais provas colhidas durante a instrução processual, **requer a procedência da ação para condenar a Requerida, primeiramente, a pagar a diferença entre o valor já pago administrativamente e a porcentagem de invalidez apurada pelo IML**, acrescido de correção monetária e juros moratórios a partir do efetivo prejuízo, custas processuais demais consectários legais.

Para provar o alegado, requer, além de juntada de novos documentos na medida em que o contraditório exigir, o depoimento pessoal do representante legal da Reclamada, pena de confissão, inquirição de testemunhas e demais meios de prova, sem exceção.

Requer a **conversão do rito sumário para ordinário**, pois é verificada a ausência de prejuízo às partes, em se tratando de Ações de Cobrança - DPVAT.

A expedição de ofício ao Instituto Médico Legal de Natal/RN para que seja designado dia e hora para a realização do exame de lesões corporais no autor, a fim de que sejam respondidos os quesitos do item "V" da presente, **bem como apurar a porcentagem da invalidez acometida pelo Requerente**.

Requer, por último, se digne Vossa Excelência determinar à Reclamada, com fulcro no artigo 355, do Código de Processo Civil, que exiba junto com a defesa cópia do dossiê administrativo de liquidação do sinistro supra referido, eis que



eventuais dúvidas poderão ser sanadas pelos próprios documentos que se encontram em seu poder.

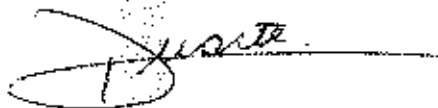
Em face das dificuldades econômicas e financeiras que vem enfrentando o Requerente, declara para todos os efeitos e sob as penas da Lei que não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do próprio sustento, pelo que requer a concessão dos benefícios da ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA.

Dá-se a presente, para efeitos fiscais e de alçada o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Nestes termos.

Pede e espera deferimento.

Natal, 16 de março de 2013.



**Thiago Marques Calazans Duarte**  
OAB/RN nº. 8.204

**CARTEIRA DE IDENTIDADE**




RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
E DEFESA SOCIAL

FÉ PÚBLICA: (Art. 14, inciso II da Constituição da República Federativa do Brasil)

**POLÍCIA MILITAR**

**8.229 - 01.09.1986**  
REGISTRO Nº - DATA DA INCORPORAÇÃO

NOME  
**FRANCISCO DE ASSIS MOURA DE LIMA**

PROTÓTIPO	CNPJ	INSCRIÇÃO
<b>CABO 86.202</b>	<b>490.660.724-15</b>	<b>077.513-4</b>

*Francisco de Assis Moura de Lima*  
ASSINATURA DO IDENTIFICADO

**DIREITOS E GARANTIAS DEFINIDOS POR LEI**

**RESERVA DA PRAÇA**

TS F.RH **João Felix de Lima**  
"A" POS

ALTURA **1,77 m** FILIAÇÃO **Maria Moura de Lima**

PIS / PASEP DATA NASC PD  
**17031054492 12 02 1967 E-2333**  
**I-3222**

CUTIS CABELOS OLHOS  
**Parda Cast Méd Lis Cast Méd**

NATURAL DE **Macaíba/RN**  
LOCAL E DATA DE EMISSÃO  
**Natal/RN, 05 de julho de 2011**

O TITULAR TEM ACESSO EM LOCAIS PÚBLICOS E PRIVADOS, SUBJETOS À VIGILÂNCIA MILITAR, CONFORME PREVISÃO DO ART. 19 DA LEI Nº 13.039/2014, DE 11 DE ABRIL DE 2014.

*Jackson Wanderley Santos Cunha* - Cap QOPM  
CHEFE DO SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO DA PMRN

8604-2128

BOLETIM DE OCORRENCIA  
1004026

DATA/OCORRÊNCIA: 17/07/2011 .HORA/OCORRÊNCIA: 07h07min

DOC. APRESENTADO: CNH

Idade: 44 anos Naturalidade: MACAIBA/RN Estado civil: SOLTEIRO Nacionalidade: BRASILEIRA  
Filiação: JOÃO FÉLIX DE LIMA e de MARIA MOURA DE LIMA Endereço: RUA SÃO JOSÉ, 10, CIDADE  
NOVA - NATAL/RN.

**HISTÓRICO:** Informa A VITIMA que trafegava conduzindo o V-1 no local acima citado, sentido Cidade da Esperança/Alecrim quando um veículo não identificado fez uma manobra proibida fato que ocasionou o abalroamento entre v-1 e v-2. Informa que ficou caído ao solo até a chegada da SAMU, sendo atendido no local do fato e liberado em seguida, porém, horas depois sentindo muita dor foi até o Hospital Central Cel. Pedro Germano e lá foi constatado pelo Doutor Carlos Alberto Passos CRM 3415 que a vítima ficou com algumas lesões, conforme laudo nº 13.987 expedido pelo setor de radiologia do referido hospital.

**PROVIÊNCIAS ADOTADAS:** Expedida Guia de Exame de Corpo de Delito nº 939 /2011-DEAV.

Assinatura/Carimbo-Servidor(a)

Alexandro Tomaz de Silva  
AGENTE DE POLICIA CIVIL  
ANAL. 170.185.1



1. *Agenda* de 1984  
 2. *Agenda* de 1985  
 3. *Agenda* de 1986  
 4. *Agenda* de 1987  
 5. *Agenda* de 1988  
 6. *Agenda* de 1989  
 7. *Agenda* de 1990  
 8. *Agenda* de 1991  
 9. *Agenda* de 1992  
 10. *Agenda* de 1993  
 11. *Agenda* de 1994  
 12. *Agenda* de 1995  
 13. *Agenda* de 1996  
 14. *Agenda* de 1997  
 15. *Agenda* de 1998  
 16. *Agenda* de 1999  
 17. *Agenda* de 2000  
 18. *Agenda* de 2001  
 19. *Agenda* de 2002  
 20. *Agenda* de 2003  
 21. *Agenda* de 2004  
 22. *Agenda* de 2005  
 23. *Agenda* de 2006  
 24. *Agenda* de 2007  
 25. *Agenda* de 2008  
 26. *Agenda* de 2009  
 27. *Agenda* de 2010  
 28. *Agenda* de 2011  
 29. *Agenda* de 2012  
 30. *Agenda* de 2013  
 31. *Agenda* de 2014  
 32. *Agenda* de 2015  
 33. *Agenda* de 2016  
 34. *Agenda* de 2017  
 35. *Agenda* de 2018  
 36. *Agenda* de 2019  
 37. *Agenda* de 2020  
 38. *Agenda* de 2021  
 39. *Agenda* de 2022  
 40. *Agenda* de 2023  
 41. *Agenda* de 2024  
 42. *Agenda* de 2025  
 43. *Agenda* de 2026  
 44. *Agenda* de 2027  
 45. *Agenda* de 2028  
 46. *Agenda* de 2029  
 47. *Agenda* de 2030  
 48. *Agenda* de 2031  
 49. *Agenda* de 2032  
 50. *Agenda* de 2033  
 51. *Agenda* de 2034  
 52. *Agenda* de 2035  
 53. *Agenda* de 2036  
 54. *Agenda* de 2037  
 55. *Agenda* de 2038  
 56. *Agenda* de 2039  
 57. *Agenda* de 2040  
 58. *Agenda* de 2041  
 59. *Agenda* de 2042  
 60. *Agenda* de 2043  
 61. *Agenda* de 2044  
 62. *Agenda* de 2045  
 63. *Agenda* de 2046  
 64. *Agenda* de 2047  
 65. *Agenda* de 2048  
 66. *Agenda* de 2049  
 67. *Agenda* de 2050  
 68. *Agenda* de 2051  
 69. *Agenda* de 2052  
 70. *Agenda* de 2053  
 71. *Agenda* de 2054  
 72. *Agenda* de 2055  
 73. *Agenda* de 2056  
 74. *Agenda* de 2057  
 75. *Agenda* de 2058  
 76. *Agenda* de 2059  
 77. *Agenda* de 2060  
 78. *Agenda* de 2061  
 79. *Agenda* de 2062  
 80. *Agenda* de 2063  
 81. *Agenda* de 2064  
 82. *Agenda* de 2065  
 83. *Agenda* de 2066  
 84. *Agenda* de 2067  
 85. *Agenda* de 2068  
 86. *Agenda* de 2069  
 87. *Agenda* de 2070  
 88. *Agenda* de 2071  
 89. *Agenda* de 2072  
 90. *Agenda* de 2073  
 91. *Agenda* de 2074  
 92. *Agenda* de 2075  
 93. *Agenda* de 2076  
 94. *Agenda* de 2077  
 95. *Agenda* de 2078  
 96. *Agenda* de 2079  
 97. *Agenda* de 2080  
 98. *Agenda* de 2081  
 99. *Agenda* de 2082  
 100. *Agenda* de 2083  
 101. *Agenda* de 2084  
 102. *Agenda* de 2085  
 103. *Agenda* de 2086  
 104. *Agenda* de 2087  
 105. *Agenda* de 2088  
 106. *Agenda* de 2089  
 107. *Agenda* de 2090  
 108. *Agenda* de 2091  
 109. *Agenda* de 2092  
 110. *Agenda* de 2093  
 111. *Agenda* de 2094  
 112. *Agenda* de 2095  
 113. *Agenda* de 2096  
 114. *Agenda* de 2097  
 115. *Agenda* de 2098  
 116. *Agenda* de 2099  
 117. *Agenda* de 2100  
 118. *Agenda* de 2101  
 119. *Agenda* de 2102  
 120. *Agenda* de 2103  
 121. *Agenda* de 2104  
 122. *Agenda* de 2105  
 123. *Agenda* de 2106  
 124. *Agenda* de 2107  
 125. *Agenda* de 2108  
 126. *Agenda* de 2109  
 127. *Agenda* de 2110  
 128. *Agenda* de 2111  
 129. *Agenda* de 2112  
 130. *Agenda* de 2113  
 131. *Agenda* de 2114  
 132. *Agenda* de 2115  
 133. *Agenda* de 2116  
 134. *Agenda* de 2117  
 135. *Agenda* de 2118  
 136. *Agenda* de 2119  
 137. *Agenda* de 2120  
 138. *Agenda* de 2121  
 139. *Agenda* de 2122  
 140. *Agenda* de 2123  
 141. *Agenda* de 2124  
 142. *Agenda* de 2125  
 143. *Agenda* de 2126  
 144. *Agenda* de 2127  
 145. *Agenda* de 2128  
 146. *Agenda* de 2129  
 147. *Agenda* de 2130  
 148. *Agenda* de 2131  
 149. *Agenda* de 2132  
 150. *Agenda* de 2133  
 151. *Agenda* de 2134  
 152. *Agenda* de 2135  
 153. *Agenda* de 2136  
 154. *Agenda* de 2137  
 155. *Agenda* de 2138  
 156. *Agenda* de 2139  
 157. *Agenda* de 2140  
 158. *Agenda* de 2141  
 159. *Agenda* de 2142  
 160. *Agenda* de 2143  
 161. *Agenda* de 2144  
 162. *Agenda* de 2145  
 163. *Agenda* de 2146  
 164. *Agenda* de 2147  
 165. *Agenda* de 2148  
 166. *Agenda* de 2149  
 167. *Agenda* de 2150  
 168. *Agenda* de 2151  
 169. *Agenda* de 2152  
 170. *Agenda* de 2153  
 171. *Agenda* de 2154  
 172. *Agenda* de 2155  
 173. *Agenda* de 2156  
 174. *Agenda* de 2157  
 175. *Agenda* de 2158  
 176. *Agenda* de 2159  
 177. *Agenda* de 2160  
 178. *Agenda* de 2161  
 179. *Agenda* de 2162  
 180. *Agenda* de 2163  
 181. *Agenda* de 2164  
 182. *Agenda* de 2165  
 183. *Agenda* de

~~AUTENTICAÇÃO~~

Autenticidade: O presente cópi  
fotostática é a reprodução fiel do  
original que me foi apresentado au  
qual autêntico e confi  
Natal (RN) - 27/FEV/2012

Table 11

UNIDAD SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICIDADE

## RELATÓRIO DA OCORRÊNCIA NÚMERO 074035

NATUREZA DA OCORRÊNCIA: TRAUMA-COLISÃO-CARRO X MOTO

SOLICITADO POR DANIELE (OUTROS) FONE(6) 81200155

QUEIXA PRINCIPAL: COLISÃO CARRO X MOTO

INICIADA EM: 17/07/2011 00:07:11

CONCLUÍDA EM: 17/07/2011 01:18:19

ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA: AV 9, VP

BAIRRO: NAZARE

CIDADE: NATAL

REFERÊNCIA: PX AO SUPER SHOW

PX AO ARMAZEM SAO JOAQUIM

NOME DA VÍTIMA: NOME INDEFINIDO 1º

IDADE: 0

SEXO: MASCULINO

1ª REGULAÇÃO: ALVARO SANTOS (CRM 5338/RN)

2ª REGULAÇÃO: ALVARO SANTOS (CRM 5338/RN)

CENÁRIO DA OCORRÊNCIA:

02 VÍTIMAS, CARRO MOTO, FRANCISCO DE ASSIS MOURA DE LIMA, 44A, CONDUTOR DA MOTO, ESCORIAÇÕES JOELHO, FACE E QUEIXO, PA120X80, LIGIAS SILVA PA 110X80, FC 75, FR 22 ECG 15, ESCORIAÇÕES EM MMII E MMSS, OS MESMOS RECUSA REMOÇÃO, TESTEMUNHA SARG TEODOSIO

ORIENTAÇÕES:

QTA NA OCORRÊNCIA

REMOVIDO PARA:

VEÍCULO(S)

BRAVO\_14

COMUNICAÇÃO À EQUIPE

17/07/2011 00:11:28

PARTIDA DA EQUIPE

17/07/2011 00:11:30

CHEGADA NA OCORRÊNCIA

17/07/2011 00:34:53

INÍCIO DA REMOÇÃO

17/07/2011 01:17:55

CHEGADA NO DESTINO

17/07/2011 01:17:59

17/07/2011 01:17:59

CONCLUSÃO DA EQUIPE

OBSERVAÇÕES / CONSIDERAÇÕES FINAIS

INTERCORRÊNCIAS / HISTÓRICO

QUEIXA PRINCIPAL INICIAL: COLISÃO CARRO X MOTO.

ALVARO SANTOS (CRM 5338/RN)

17/07/2011 00:09:26

REGISTRO(S) / AÇÃO (ões)

USUÁRIO

DATA/HORA

ATENDIMENTO\_INI(NOME INDEFINIDO)

SAMU01RN83

17/07/2011 00:07:11

VÍTIMA\_ADI(NOME INDEFINIDO)

SAMU01RN83

17/07/2011 00:08:34

ATENDIMENTO\_FIN(NOME INDEFINIDO)

SAMU01RN83

17/07/2011 00:08:39

HISTÓRICO\_ADI(NOME INDEFINIDO)

SAMU01RN55

17/07/2011 00:09:26

VÍTIMA\_ALT(NOME INDEFINIDO)

SAMU01RN55

17/07/2011 00:09:26

REGULAÇÃO\_1(NOME INDEFINIDO)

SAMU01RN55

17/07/2011 00:10:07

COM\_EQUI\_1(NOME INDEFINIDO)

SAMU01RN48

17/07/2011 00:11:28

VIATUR\_ADI(BRAVO\_14)

SAMU01RN48

17/07/2011 00:11:28

PAR\_EQUI\_1(NOME INDEFINIDO)

SAMU01RN48

17/07/2011 00:11:30

CHE\_EQUI\_1(NOME INDEFINIDO)

SAMU01RN48

17/07/2011 00:34:53

CHEGADA\_1(NOME INDEFINIDO)

SAMU01RN17

17/07/2011 01:11:00

REGULAÇÃO\_2(NOME INDEFINIDO)

SAMU01RN17

17/07/2011 01:15:15

PAR\_EQUI\_1(NOME INDEFINIDO)

SAMU01RN48

17/07/2011 01:17:55

CHE\_EQUI\_1(NOME INDEFINIDO)

SAMU01RN48

17/07/2011 01:17:59

CONCLUÍDO(NOME INDEFINIDO)

SAMU01RN48

17/07/2011 01:18:19



Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT  
Tel: 21 3061-4600 www.seguradoralider.com.br  
R. Senador Dantas 74, 3º andar  
Centro - Rio de Janeiro CEP 20031-205



Seguradora Líder - DPVAT

CNIS

ANEXO 2  
AVALIAÇÃO MÉDICA  
PARA FINS DE CONCILIAÇÃO

[Art. 31º da Lei 11.945 de 4/6/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974]

Informações da Vítima

Nome completo: FRANCISCO DE ASSIS MOORA DO LIMA  
CPF: 490.660.724-15  
Endereço completo: R. Dr. FRANCISCO DE SA Nº 196, PITIMBU, NATAL/RN

Informações do acidente

Local: AV. CARLOS ESTEVAM, NATAL  
Data do Acidente: 17/07/2011

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de conciliação em razão do processo judicial nº 0152449-12.2017, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na 9ª Vara Cível ou JEC da Comarca de NATAL - RN.

NATAL, 05 DE JUNHO DE 2017  
Local, data.

Assinatura da vítima

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:



a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s);

MEMBRO SUPERIOR (S)

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

SIM

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim

☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ☐ disfunções apenas temporárias

b) ☒ dano anômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

Trauma em membro superior (S) com lesão ligamentar  
Apêndice de membro superior, com atropia de membro superior (S)

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo:

☒ Não

Com perda de  
amplitude de movimento  
do membro superior  
T. 7.12 Conservador

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:



a) ☐ Total

(Dano anômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima).

b) ☒ Parcial

(Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima). Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima).

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima).

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

MEMBRA ESQUERDA

10% Residual ☐

25% Leve ☐

50% Média ☒

75% Intensa ☐

2ª Lesão

10% Residual ☐

25% Leve ☐

50% Média ☐

75% Intensa ☐

3ª Lesão

10% Residual ☐

25% Leve ☐

50% Média ☐

75% Intensa ☐

4ª Lesão

10% Residual ☐

25% Leve ☐

50% Média ☐

75% Intensa ☐

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Local e data da realização do exame médico:

NATAL RJ 05/05/2013

Assinatura do médico - CRM

[Assinatura]

CNIS

Claudio Vitor Gross,  
Médico Especialista  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM 52.43880-5

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL - RN

Processo n.º 01124491220138200001

FEDERAL SEGUROS S/A, neste ato representado pela SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20031205, na qualidade de gestora dos CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT – seguro obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de via Terrestre, firmados consoante determinação do Conselho Nacional de Seguros Privados, conforme se observa dos atos constitutivos e instrumentos procuratórios anexos, e FRANCISCO DE ASSIS MOURA DE LIMA, já qualificado nos autos da Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório – DPVAT, em trâmite nesta vara ou juizado, vem, por seus advogados abaixo-assinado, expor, para ao final requerer o que segue.

As partes, visando pôr fim ao litígio, resolveram, mediante concessão mútua, celebrar acordo, na forma do art. 840 c/c art. 849 do Código Civil, transacionando conforme as seguintes cláusulas e condições.

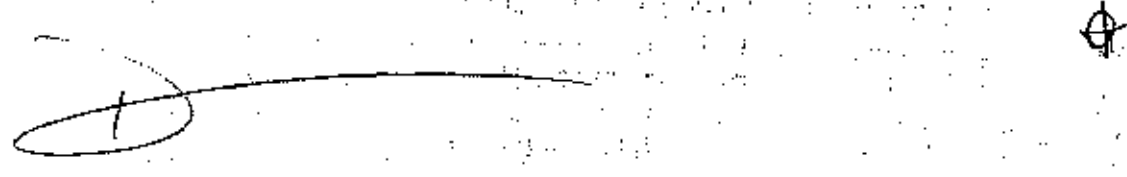
A Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT, como gestora dos Consórcios DPVAT, pagará à parte Autora a importância de R\$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos) para a liquidação do feito, estando incluído nesse valor o pedido principal já acrescido de juros, correção monetária, bem como a importância de R\$ 607,50 (seiscentos e sete reais e cinquenta centavos) referentes ao pagamento de honorários de sucumbência, totalizando a quantia de R\$ 3.645,00 (três mil seiscentos e quarenta e cinco reais).

O pagamento será efetuado mediante a emissão de cheque nominal em nome da parte Autora em até 30 (trinta) dias a contar do protocolo do termo, e eventuais custas serão recolhidas pela parte ré.

Insta ressaltar que a transação ora celebrada não implica em reconhecimento do direito pretendido pela parte autora.

Com o pagamento da quantia acordada e acima referida, a parte autora concorda que nada mais será interposto, judicial ou administrativamente em face da parte ré e de todas as Seguradoras Consorciadas, ora representadas pela Seguradora DPVAT, quanto ao objeto da ação da vítima FRANCISCO DE ASSIS MOURA DE LIMA, inscrito no CPF n.º: 490.660.724-15, de modo a dar plena, irrestrita e irrevogável quitação, relativamente a todos e quaisquer direitos, oriundos do acidente de

03/11/2013 17:09 00000525 FERRAZ DES. SÉBASTIAO FERRAZ DES.

A large, stylized handwritten signature in black ink is written across the bottom of the page. To the right of the signature, there is a circular stamp containing a cross-like symbol.



trânsito ocorrido em 17/07/2011 termos do Boletim de Ocorrência nº 1117/2011/RN, para nada mais reclamar em Juízo, ou fora dele, seja a que título for.

Declararam as partes que o presente acordo é fruto de sua livre manifestação de vontade, não havendo vício algum, de qualquer ordem, sobre os termos acima dispostos.

As partes requerem, ante todo o exposto, a homologação do presente acordo, bem como a extinção do processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 269, III do Código de Processo Civil e sua consequente remessa ao arquivo geral do TJRN.

Nestes Termos,  
P. Deferimento.  
Natal, 11 de Junho de 2013.

  
SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A  
FEDERAL SEGUROS S/A

*Thaisa Cury de C. Agreli*  
OAB/RN 7197

  
FRANCISCO DE ASSIS MOURA DE LIMA  
P/P THIAGO MARQUES CALAZANS DUARTE  
OAB/RN nº 8.204

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL -  
RN.

**CÓPIA**

Processo nº: 01124491220138200001

FEDERAL DE SEGUROS S/A, anteriormente qualificada nos autos da AÇÃO INDENIZATÓRIA em epígrafe, em que contende FRANCISCO DE ASSIS MOURA DE LIMA, vem por intermédio de seu advogado infra-assinado, requerer a V. Exa., a juntada aos autos do do comprovante do pagamento do acordo, em anexo.

Termos em que,

Pede deferimento.

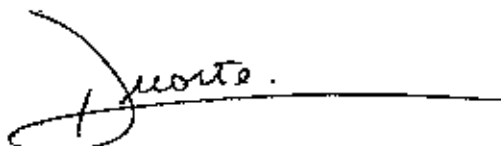
  
Thaisa Gure de C. Agrelli  
OAB/RN 7197

REC-2013 17:35 000009154 FORUM DES- SENBRIA FRENTEDES

**RECIBO DE QUITAÇÃO**

**THIAGO MARQUES CALAZANS DUARTE** (OAB/RN 8.204) pelos poderes que me foram conferidos na ação judicial proposta por **FRANCISCO DE ASSIS MOURA DE LIMA**, em face da **FEDERAL DE SEGUROS S/A**, no processo nº 01124491220138200001, em trâmite perante a 9ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL - RN, declaro ter recebido o cheque de nº 730217 no valor de R\$ 3.645,00 (três mil seiscentos e quarenta e cinco reais) este a ordem da parte autora da ação supra citada, nos termos do acordo firmado e protocolizado em juízo, dando a mais ampla, plena, rasa, total, geral, irretratável e irrevogável quitação.

, 02 de <sup>Agosto</sup> julho de 2013.



**THIAGO MARQUES CALAZANS DUARTE**  
(OAB/RN 8.204)

